LEI Nº _____/2026

ANEXO ÚNICO

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N° ..../.....

Termo de convênio de cooperação técnica, que entre si celebram o município de Juína/MT (convenente) e o município de Castanheira/MT (conveniado) para a delegação dos serviços públicos municipais de disposição final dos resíduos sólidos urbanos gerado pelo município conveniado.

MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, inscrita no CNPJ sob nº 24.772.154/0001-60, com sede na Rua Mato Grosso, nº 84, Centro, CEP 78.345-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ....., brasileiro, (estado civil), Carteira de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., Bairro ....., neste ato denominado de MUNICÍPIO CONVENIADO, o MUNICÍPIO DE JUINA/MT, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob nº 15.359.201/0001-57, com sede administrativa na Travessa Emanuel, 33 - Centro - CEP 78.320-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. .... brasileiro, (estado civil), Carteira de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob nº....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ...., Bairro ....., neste ato denominado simplesmente de MUNICIPIO CONVENENTE e a CONCESSIONÁRIA ....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na Rua ....., nº ...., Bairro ....., CEP ....., neste ato, representado pelo Sr. ....., brasileiro, (estado civil), empresário, Carteira de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob nº....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ...., Bairro ....., nº ...., município de ...../.., doravante denominado simplesmente de ANUENTE.

CONSIDERANDO que a gestão de resíduo sólidos urbanos, integrante do conceito de saneamento básico estabelecido no Art. 3º, I, “c” da Lei Federal nº 11.445/2007, é um dos maiores desafios enfrentados pelos Município do Estado de Mato Grosso na tentativa de erradicar os “lixões”;

CONSIDERANDO que a gestão compartilhada entre municípios, além da integração da região, reduz significativamente os custos para realizar o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos urbanos;

CONSIDERANDO que a gestão associada ou compartilhada de serviços públicos, além de constitucionalmente prevista no Art. 241 da Constituição Federal, é também especificamente indicada como uma das soluções no âmbito dos serviços de saneamento básico (Art. 3º, II e 8º, da Lei Federal nº 11.445/2007), entre os quais se incluem o de manejo dos resíduos sólidos (Art. 3º, I, "c", da Lei Federal nº 11.445/2007 e 14.026/2020);

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.445/2007 prevê especificamente a possibilidade de prestação regionalizada dos serviços de saneamento básico, dentre os quais se situa o de manejo de resíduos sólidos, em que há um único prestador de serviços para vários municípios, contíguos ou não, observada a uniformidade de regulação e fiscalização bem como de compatibilidade de planejamento (Art. 14);

CONSIDERANDO que é diretriz da Política Estadual de Resíduos Sólidos a integração dos entes federados na utilização de áreas de disposição final de resíduos sólidos, nos termos do Art. 12, da Lei Estadual nº 7.862/2002.

CONSIDERANDO que a gestão integra de resíduo sólidos e a articulação entre as diferentes do Poder Públicos e destas com o setor empresarial, são objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduo sólidos nos termos do Art. 7º, incisos VII e VIII da Lei Federal nº 12.305/2010.

CONSIDERANDO que o processo da concessão de resíduos sólidos foi submetido a audiência e consultas públicas, nos termos do Art. 11, IV, da Lei Federal nº 11.445/2007, a qual fora realizada no Município de Juína/MT.

CONSIDERANDO que o contrato de concessão para os Serviços Públicos de Disposição Final de RSU em vigência, entre o município de Juína/MT e a CONCESSIONARIA CTR ..... regida sob o nº ...../...., em suas clausulas e estudos, prevê, a adesão de municípios circunvizinhos nos serviços de disposição final de RSU;

CONSIDERANDO o atendimento de todos os requisitos de validade nos contratos envolvendo a prestação de serviços de saneamento básico nos termos do Art. 11 da Lei nº 11.445/2007;

Os entes e empresa neste Convenio, celebram o presente TERMO DE CONVÊNIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA doravante designado TERMO DE CONVÊNIO, nos termos do Art. 8º, e Art. 21 e seguintes da Lei Federal nº 11.445/2007, em conformidade com as Cláusulas e condições a seguir pactuadas e com as demais previstas no contrato de concessão ..../....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA a delegação pelo Município de Castanheira/MT (Conveniado), ao Município de Juína/MT (Convenente), através de sua concessionaria local CTR ..... (Anuente) conforme previsto no contrato de concessão ..../...., a PRESTAÇÃO DOS SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS NESTA MUNICIPALIDADE.

1.2. Estão excluídos a princípio, do presente objeto, os serviços de coleta, reciclagem, reaproveitamento, transbordo e transporte de resíduos sólidos urbanos até o aterro sanitário sob gestão da ANUENTE por força do contrato de concessão ...../....., localizado no Município de Juína/MT, os quais permanecem sob a responsabilidade exclusiva do município CONVENIADO.

1.3. As atividades e serviços decorrentes do presente Convênio, a serem executados pela ANUENTE, deverão observar as diretrizes das Políticas Nacional, Estadual e Municipal de resíduos sólidos urbanos e bem a observância de todas as cláusulas do contrato de concessão.

1.4 O município de Juína/MT editará normas, caso necessário, e bem como por força ainda de lei regulara a prestação dos serviços públicos do contrato e deste Convênio no prazo da Lei.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

2.1. O presente Convênio entrara em vigor após sua assinatura pelo prazo de 03 (três), contados a partir de .... de ..... de ....., podendo ser prorrogado, observado o prazo máximo de vigência do contrato de Parceria Público Privado (Art. 5º, I, Lei nº 11.079/2004), na modalidade de Concessão Administrativa.

2.2. A parte que não se interessar pela prorrogação deverá notificar a outra com antecedência mínima de 01 (um) ano do encerramento da vigência, para que se possa viabilizar a assunção dos serviços pelo Município de Juína/MT, sem interrupção de sua continuidade, minimizando os transtornos à população decorrente da transição e a manutenção do equilíbrio do contrato de concessão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, PAGAMENTO E FORMA

3.1. O presente ajuste não implica a transferência de recurso financeiros para o Município de Juína/MT, porém é dever do município conveniado:

3.1.1. Transportar os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) gerados no Município Conveniado até o Aterro Sanitário de Juína/MT sob gestão da Anuente.

3.1.2. Pagar diretamente a anuente, pelo total de resíduos que adentrarem mensalmente no Aterro Sanitário sob a gestão da CTR ....., originados do

município conveniado, ao preço de R$ ..... (.....) por tonelada disposta no aterro sanitário em questão.

3.2. Os valores dos serviços prestados pela concessionaria (anuente) serão pagos diretamente à Concessionária (anuente), em conta corrente de sua titularidade abaixo indicada, após a apresentação mensal da NF pelos serviços prestados no mês anterior pela mesma, acompanhados das certidões de regularidade fiscal (certidão de débitos e tributos federais e previdenciário) e bem como trabalhista (certidão trabalhista e FGTS) da mesma, e ainda do controle de pesagens dos resíduos dispostos no aterro pelo Município Conveniado, através de relatório acompanhados dos tickets de pesagens os quais deram origem ao relatório e a consequente nota fiscal.

Banco: .....

Agencia: .....

Conta corrente: .....

PIX: .....

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE ANUAL, REEQUILIBRIO E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1. O valor da tonelada disposta referido na cláusula 3.1.2. será reajustada anualmente, visando a manutenção do valor da moeda, conforme data base e termos do contrato de concessão ...../..... e não pela data base deste termo de convênio.

4.2. A manutenção do equilíbrio econômico do contrato e deste termo, poderá ser acionada a qualquer tempo, em face de fatos supervenientes imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequência incalculáveis ao contrato e a este termo.

4.3. O Orçamento necessário para suportar as despesas deste convenio serão supridas e previstas pelo ente Conveniado, provisionados anualmente em seu orçamento através da rubrica abaixo.

Órgão: .....

Unidade orçamentaria: .....

Programa: .....

Elemento das despesas: .....

Valor: .....

CLÁUSULA QUINTA – DO CARÁTER VINCULANTE DAS CLÁUSULAS DO TERMO DE CONVENIO E COOPERAÇÃO TÉCNICA E DO CONTRATO DE PARCERIA PÚBLICA PRIVADA

5.1. A delegação de competência objeto deste Convênio fica condicionada à observância, do inteiro teor das normas deste Termo de Convênio e Cooperação Técnica e do contrato de Parceria Público Privada firmados com o município de Município de Juína/MT e a CTR .....

CLÁUSULA SEXTA – DA COMPETÊNCIA DECISÓRIA E DOS PROCEDIMENTOS

6.1. No âmbito da execução dos serviços públicos objeto da delegação, o município de Juina/MT participará dos procedimentos envolvendo o reequilíbrio econômico-financeiro, a aplicação de sanções e penalidades administrativas, a intervenção no serviço público, a extinção da delegação e outros, conforme previsto neste Termo de Convênio e Cooperação Técnica, no contrato de concessão e bem como com a anuência da agencia reguladora contratada pelo Convenente.

6.2. Em procedimento a ser instaurado pelo município de Município de Juina/MT conjuntamente com a agencia reguladora dos serviços, nos termos deste Termo de Convênio e bem como do contrato, o valor por tonelada poderá ser reajustado e revisto em razão das revisões periódicas, bem como ser objeto de revisão extraordinária quando, nos termos dos Arts .38, II e 11, §2°, IV, da Lei Federal nº 11.445/2007, ocorrerem fatos não previstos no Contrato fora do controle do prestador dos serviços e que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.

6.3. Eventual processo administrativo de declaração de caducidade será instaurado pelo Município de Juina/MT, nos termos da concessão, a quem competirá sua instrução e emissão de parecer final.

6.4. A encampação e a caducidade, somente serão possíveis após prévio pagamento de indenização, considerando relatório dos gastos e investimentos ainda não amortizados, pelo Município de Juina/MT, associados à avaliação e analise por técnicos deste Município, em procedimento administrativo a ser tramitado no âmbito do Município de Juina/MT.

6.5. Nos processos administrativos a serem conduzidos pelo Município de Juina/MT, deverão ser assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, sendo que as decisões proferidas deverão ser motivadas e fundamentadas, apontando-se os elementos atacados ou não nas defesas apresentadas, sob pena de nulidade.

6.6. Sem prejuízo das normas procedimentais a serem editadas pela Município de Juina/MT, os procedimentos administrativos obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, contraditório e transparência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DELEGAÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A organização, a regulação e a fiscalização dos serviços de disposição final dos resíduos sólidos urbanos ficarão a cargo do município de Juina/MT, para o qual o município de Castanheira/MT (Conveniado), delega as competências aqui previstas, podendo auxiliar na fiscalização contratual.

7.2. A regulação, será delegada pelo Município de Juina/MT à Agência Reguladora devidamente conveniada.

7.3. São objetivos da regulação:

7.3.1. estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

7.3.2. garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

7.3.3. assegurar o equilíbrio econômico e financeiro dos Contratos, mediante mecanismos que induzam à eficiência dos serviços;

7.3. As despesas com agencia reguladora caso venha a ser contratada por força, deverão ser rateadas entre Conveniado e Convenente na proporcionalidade das obrigações individuais com o contrato, e ajustados em documento apartado a este Termo de Convenio.

7.4. Na regulação dos serviços públicos municipais, serão editadas normas relativas às dimensões técnicas, econômicas e social de prestação dos serviços, que abrangerão os seguintes aspectos:

7.4.1. padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

7.4.2. requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

7.4.3. as metas de atendimento em conformidade com as diretrizes das Políticas Nacional. Estadual e Municipal de Resíduos Sólidos;

7.4.4. procedimentos para a aplicação das hipóteses em que quaisquer dos Municípios conveniados passem a arcar com valor diferenciado, por inserção de novos serviços, investimentos ou outros fatos em qualquer dos mesmos, observados os critérios previstos neste Termo de Convênio e Cooperação Técnica e bem como no contrato de concessão.

7.4.5. procedimentos para a aplicação de sanções e penalidades administrativas, assegurando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa para a parte processada;

7.4.6. procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira na prestação dos serviços;

7.4.7. mediação, faturamento e cobrança de serviços quando for o caso;

7.4.8. avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

7.4.9. padrões de atendimento dos serviços prestados;

7.4.10. mecanismo de participação e informação ao público;

7.4.11. medidas de contingência e de emergência.

7.5. Poderão ser desenvolvidas ainda, as seguintes atividades:

7.5.1. expedição de regulamento técnico quanto á prestação dos serviços quando pertinente;

7.5.2. constituição de grupos técnicos encarregados do acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;

7.5.3. fixação de rotinas de monitoramento;

7.5.4. execução da política de preços, por meio do controle, revisão e reajuste destes para os serviços, de forma a assegurar a eficiência, a equidade, o uso racional dos recursos naturais e o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços quando pertinente;

7.5.5. atuação nos casos de intervenção, encampação e demais hipóteses da extinção deste Termo de Convênio, observadas as competências estabelecidas no referido documento e bem como no contrato de concessão.

7.5.6. mediação das eventuais divergências entre o Município e o Parceiro Privado.

7.6. A fiscalização dos serviços poderá abrangerá atividades, nas áreas técnicas, operacional, contábil, econômica, financeira e se dará por meio de:

7.6.1. acompanhamento da evolução dos indicadores de desempenho;

7.6.2. verificação da efetividade dos serviços;

7.6.3. aplicação de sanções em função de infrações cometidas, previstas em Lei, regulamentos e no Termo de Convênio e Cooperação Técnica;

7.6.4. acompanhamento da evolução da situação econômico-financeira da prestação dos serviços;

7.6.5. sistematização e divulgação das informações básicas sobre a prestação dos serviços e sua evolução;

7.6.6. acompanhamento de eventuais procedimentos de indenização;

7.6.7. elaboração de relatórios de acompanhamento do desempenho dos serviços prestados pela empresa responsável pela prestação dos serviços e de cumprimento das metas planejadas.

7.7. Compete ainda à Reguladora:

7.7.1. cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente e as disposições contratuais que regulam a prestação dos serviços, inclusive o Termo de Convênio e Cooperação Técnica e Contratos de Concessão;

7.7.2. resolver as reclamações que sejam apresentadas pelo Parceiro Privado, usuários ou terceiros, relativos a prestação dos serviços;

7.7.3. dar publicidade a seus atos, particularmente em relação á qualidade do serviço e à gestão do Parceiro Privado, proporcionalmente, em tempo hábil, toda a informação disponível aos interessados;

7.7.4. estabelecer o procedimento de encaminhamento das reclamações, proferindo decisão fundamentada, nos casos não solucionados pelo Parceiro Público Privado e tomando as providências necessárias, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis ao Parceiro Privado;

7.7.5. atender aos pedidos de informação encaminhados pelo usuário e pelo Parceiro Privado;

7.7.6. estabelecer condições específicas para a aplicação da legislação, atendendo a razões técnicas, econômicas, hidrológicas, hidrogeológicas ou geográficas particulares, que assim o requeiram, a fim de que a sua implementação seja equitativa;

7.7.7. recomendar a intervenção no Parceiro Privado, na forma prevista no contrato de concessão e instaurar e conduzir processo de caducidade, nos termos previstos na lei quando couber.

CLÁUSULA OITAVA – DO ENCERRAMENTO DO CONVÊNIO

8.1. O encerramento do Convênio dar-se-á pelo término de seu período de vigência, incluindo-se eventuais prorrogações de prazo, ou de comum acordo entre o Município de Juina/MT e o Município conveniado de Castanheira/MT, bem como por pedido e provocação do Município de Castanheira/MT, observado o prazo previsto no item 2.2.

CLÁUSULA NONA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

9.1. O presente Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante comunicação formal ao Município de Juina/MT, e ser rescindido, por infração legal ou descumprimento de qualquer de suas cláusulas, por qualquer das partes conveniadas, ficando assegurado eventuais ressarcimentos e indenizações.

9.2. O presente convenio poderá ainda ser denunciado ou rescindido de comum acordo entre Convenente, Conveniado e Concessionária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PÚBLICAÇÃO

10.1. No prazo de 5 (cinco) dias uteis, contados da data de assinatura do presente Convênio, deverá ser providenciada a publicação do extrato deste instrumento.

10.2. A publicação deste instrumento ficará a cargo do município de Juina/MT e do município de Castanheira/MT, observadas as disposições legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

11.1. As alterações que os municípios partes deste convierem pactuar, a exemplo de novos serviços e investimentos a serem realizados pelo Anuente, serão objeto de Termo de Aditamento deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Foi condição de validade do presente CONVÊNIO a celebração, pelo Município de Juina/MT do contrato de parceria público privada, sob a modalidade de CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para a gestão dos SERVIÇOS DE TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

13.2. Os CONTRATANTES elegem, com exclusão de qualquer outro, o foro da Comarca do Município de Juina/MT, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais derivadas deste CONVENIO.

13.3. E, por estarem de acordo, as partes, untam com duas testemunhas, assinam o presente termo em três vias, de igual teor e forma.

Castanheira/MT, ... de ..... de .....

Município de Juina/Convenente
.....
Prefeito Municipal

Município de Castanheira/Conveniado
.....
Prefeito Municipal

CTR ..... - Anuente
.....
Representante legal

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF: